

OS CORPOS E O JORNAL

MAROCCO, Beatriz

Professora do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos;
Doutora em Jornalismo e Ciências da Comunicação
pela Universidade de Barcelona/UFRGS
bmarocco@unisinos.br

RESUMO

Este texto ocupa-se do modo de objetivação jornalística. Situa-se em uma estreita faixa de tempo, entre o final do século XIX e início do século passado, onde explora, com as ferramentas conceptuais e metodológicas da análise foucaultiana dos discursos, um *corpus* de cerca de 200 fragmentos publicados por jornais de Porto Alegre dessa época. A análise desses discursos mostra como o jornalismo daquele tempo, ou o que pode ser considerado um modo de objetivação jornalística, pretende seqüestrar e corrigir os corpos no espaço da página, e aponta para a possibilidade de que fora da página, no espaço social, essas mesmas notas jornalísticas possam ser um instrumento de controle da sociedade.

Palavras-chave : Controle social. Modo de objetivação jornalística. Análise dos discursos.

1 INTRODUÇÃO

Dos pobres, se dizia que eram virtualmente perigosos. Dos mendigos, salvo os “autênticos”, que eram agentes da depravação e profissionais das enfermidades falsas. Da prostituta, que era um foco de imoralidade e de perigo para as “jovens incautas¹”. Do jogador, que era uma ameaça de contágio. Das crianças que perambulavam pelas ruas, que eram os criminosos e as prostitutas de amanhã.

Como se fossem matéria que se pode estender ou contrair mecanicamente, os corpos eram manipulados, modificados, reduzidos e ajustados ao diagrama jornalístico, em operações que lhes atribuíam um discurso verdadeiro para corrigir as suas deformidades – uma espécie de ortopedia discursiva. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a passagem de indivíduo imoral a sujeito de um discurso jornalístico, naquelas condições históricas, era resultado de um modo de objetivação jornalística² que fazia funcionar duas operações complementares.

Em uma primeira operação, os corpos eram ajustados à sua nova forma de seres-linguagem em um espaço loteado em colunas e limitado por uma linha invisível que, desde a parte mais elevada até a sua base, indicava a página, através de grafismos fixos, como o grande signo da materialidade jornalística. O ajuste dos corpos à página era realizado em dois movimentos simultâneos:

a) Constrição – No movimento de constrição, o que pertencia à realidade era fragmentado em milhares de notas jornalísticas, e

b) Construção – No movimento de construção, os seres humanos eram transformados em seres-linguagem, segundo condições jornalísticas de espaço e tempo, no interior de notas impregnadas por uma maneira regular de observar e apresentar a realidade do jornalista decimonônico.

Nos dois movimentos, assim como no “olhar normalizador” do “exame³”, o olhar do jornalista estava comprometido com a intenção de enfocar certas pessoas e tornar transparentes os comportamentos virtualmente “perigosos” para salientá-los

entre a população em geral e combatê-los. Chamaremos a esta operação de ajuste à página, “ductilidade dos corpos”.

Em uma segunda operação, os jornais apresentavam uma nova cidade nos mapas da “periculosidade” que eram desenhados sobre a cartografia original e que pretendiam, em conjunto com o governo e uma rede de instituições, uma intervenção orquestrada na capacidade dos corpos de movimentarem-se em liberdade. A este tipo de operação, que deu vazão a discursos associados ao projeto do governo brasileiro de “repressão à ociosidade” e às “profissões desonestas⁴” e que evidencia a vigilância que o jornalismo exercia sobre a orientação correta dos seres no prolongamento da página, chamaremos “docilidade dos corpos”.

Este modo jornalístico de objetivação dos indivíduos assinalava regularmente o que saía da normalidade, em discursos que se apoiavam em um conjunto de outros discursos. Foi estudado indiretamente por Michel Foucault e diretamente por Robert Park. Foucault dedicou-se à forma de controle social que caracterizava as instituições disciplinares e, em *Vigilar y castigar*, referiu-se à vigilância normalizadora que um tipo de imprensa francesa exercia sobre os corpos dos menos poderosos, quando incluía, obsessiva e diariamente, um “inimigo sem rosto”, muito próximo, presente por qualquer lugar e em qualquer lugar perigoso. As práticas da imprensa porto-alegrense da mesma época indicam que os jornais daqui também configuraram certos indivíduos e os combatiam para levantar uma barreira de moralidade entre esses indivíduos “sem importância” e as camadas populares, e entre ambos (pelo viés da pobreza que compartilhavam) e a população em geral (FOUCAULT, 1986, p. 251).

À semelhança das formas ancestrais de controle social - boatos e falatórios - os jornais dessa época, dizia Park, dão testemunho dos acontecimentos, dão relevância aos que se destacam mais e dirigem para eles a atenção do público; salientam o que sai da normalidade, dão o que falar e pretendem preservar uma certa sanidade dos indivíduos, sanidade entendida como a condição de integração na sociedade ou, em outras palavras, notícia e jornal são mecanismos normativos que tenderiam a manter os indivíduos “dominados por um estado de espírito comum, que lhes determina o âmbito e o caráter dos interesses e atitudes ou tendências para agir” (PARK, 1940) Em *Social Decadence*, artigo publicado em 1918, E. Ross já havia dito mais ou menos o mesmo de uma outra forma: que os jornais tinham “[...] um grande e crescente poder sobre o público”, sugerindo que isto acontecia porque eles noticiavam um tipo de fato, mantinham versões na clandestinidade, alçavam o que queriam à primeira página e com a relevância determinada por seu dono. Ou seja, o dono do jornal fazia a opinião

pública sem que o público soubesse disso. Dois anos depois, Ross continuaria refletindo sobre a supressão pelos jornais de certos acontecimentos:

¿Qué puede hacerse respecto de la supresión de las noticias? Al menos podemos desistir de criticar y predicar. Urgir al director, sometido al anunciante o al propietario, a ser más independiente es invitarle a que abandone la profesión. En cuando al capitalista propietario, exhortarlo para que maneje su diario en interés de la verdad y del progreso es tan razonable como tratar de convencer al molinero para que maneje su propiedad en favor del bien general en lugar de en su beneficio privado. Lo que hace falta es abrir un camino nuevo y amplio para la conciencia pública (ROSS, 2001).

2 A ANÁLISE DOS DISCURSOS

Grande parte dos discursos da imprensa decimonônica oferece exemplos de como se pode apresentar casos evidentes de uma atividade desviada a fim de suscitar uma ampla reprovação pública e, em consequência, a coesão em torno da norma e da normalização social, mas tal mecânica jornalística não mereceu a devida atenção dos comunicólogos. Neste “substancial ponto cego”, reconhecido por Nick Stevenson, a obra de Foucault poderia ter um lugar importante (STEVENSON, 1998). Mesmo que, segundo Stevenson, aquele autor tenha se referido pouco ao desenvolvimento histórico dos sistemas de comunicação, seus estudos sobre a produção discursiva da delinquência e a particular forma de produção de conhecimento, que caracterizava a sociedade disciplinar e a rede de instituições que lhe dizem respeito, poderiam servir de base para a análise da utilização das tecnologias de comunicação. Desde essa lacuna do discurso científico, o desejo de pensar e tratar o jornalismo e os processos jornalísticos históricos, sustentando-se na idéia de que não existe um lugar privilegiado que legitime e objetive o conhecimento sobre algo, encontrará o amplo pensamento de Foucault sobre o poder, os dispositivos de poder e a crítica dos processos de racionalização dos valores e comportamentos estabelecidos como normais. Um caminho reflexivo que, mesmo amparando-se em conceitos compatíveis com a natureza e o funcionamento do jornalismo decimonônico, não oferece a tranqüilidade do esquema já traçado, da eficiência anteriormente comprovada, mas sim a possibilidade de uma aproximação ao modo de objetivação jornalística a partir das relações entre um pensamento complexo, muitas vezes teórico e abstrato, e as pistas que permanecem na materialidade discursiva. Nesse sentido, duas noções são fundamentais: a noção de documento como um “monumento” e a noção de arquivo.

Com base na noção foucaultiana de “monumento” é possível descrever como o jornalista decimonônico se ocupava do trabalho de seqüestro e manipulação dos corpos

com o auxílio de um restrito conjunto de técnicas propriamente jornalísticas e de conceitos que estavam dados na ordem social que, na época, nos era imposta para viver. Como as práticas jornalísticas se aproximavam da literatura, como os jornalistas pactuavam com os saberes consagrados, o governo e as instituições. Como os diários se abriam à opinião dos cidadãos acomodados, porque se abriam. E como a nota jornalística, ao final de tudo, não era mais do que a materialização do trabalho de orquestra executado entre os jornalistas e os diversos discursos que pretendiam o controle social.

Uma aproximação coerente a este tipo de jornalismo depende, igualmente, da reconstituição das ligações em rede verificadas entre um conjunto heterogêneo de discursos da época, no interior do “arquivo”. Estes dois elementos — o documento e o arquivo — são os dois pilares de um modo de indagar a história e explorar os discursos em suas condições únicas de existência histórica, inspirado no método duplo da arqueologia e da genealogia proposto por Foucault em *A ordem do discurso* e desenvolvido em sua extensa obra.

3 A MANIPULAÇÃO DOS CORPOS NA PÁGINA - A DUCTIBILIDADE

Os discursos jornalísticos indicam que os jornalistas não costumavam investigar sobre a vida dos indivíduos que tomavam como objeto, apenas observavam seus corpos e seus movimentos. Não procuravam saber como eram ou o que realmente havia ocorrido. Não atualizavam o acontecimento com seus protagonistas ou com outras fontes. O que interessava aos jornalistas era verificar se os indivíduos se comportavam ou não como deviam e se cumpriam ou não com as normas. Para isso, realizavam um trabalho superficial de observação e coleta de informações, que, freqüentemente, se sustentava nas observações alheias, e não identificava seus protagonistas nem mesmo pelo nome. E em outubro de 1897, por exemplo, o jornal *Gazetinha* denunciava uma “malta” formada por “crianças viciadas” e alguns “praças”, que, sem outra ocupação além do vício, costumava se reunir nas proximidades da Rua Clara, perturbando o bem-estar dos vizinhos. Em nome da vizinhança, o jornalista reivindicará um “corretivo” para todos eles:

A área compreendida entre as ruas [...] possui um grande morro o qual tem uma entrada pela Rua Clara. É esse o lugar predilecto dessa malta que não tem outra ocupação que não seja a do vício. Ali reúnem-se cotidianamente muitas crianças acompanhadas também de alguns praças e entregam-se o dia inteiro ao jogo do osso, do vintém e mesmo muitos outros para os quais andam habilmente preparadas. É pois em nome dos moradores destas circunvizinhanças

que solicitamos um corretivo não só àquelas crianças viciadas (GAZETINHA, 3 out. 1897).

Mal identificados, mas sempre bem radicados aos lugares em que viviam ou pelos quais passavam; assim se revelava o entorno, geralmente em boas condições, e a deterioração que estes indivíduos provocavam com a sua presença, a insalubridade em que viviam amontoados, os prédios irregulares que compartilhavam e que exigiam a intervenção do poder público e, finalmente, a sua relação, nunca comprovada, com muitos outros lugares “disseminados” virtualmente pela cidade, como se pode verificar, por exemplo, no relato do jornalista da **Gazeta da Tarde** sobre a hospedaria noturna que havia na Praça da Harmonia, junto à Farmácia Estrela do Sul, um “salão escuro, úmido, sem ventilação suficiente”, cujo assoalho “não vê água há muito tempo”, onde os indivíduos dormem amontoados em macas de lona que alugam todas as noites por 200 réis:

Entre as providências de saneamento da capital, reclama a atenção da higiene municipal a aglomeração de indivíduos nas hospedarias noturnas. Existem disseminadas pela cidade numerosas casas, de propriedade de estrangeiros, onde à noite dormem grande número de indivíduos. Conheço algumas, que podendo acomodar no máximo quatro indivíduos, recebem vinte, assim como uma que existe junto à Praça da Harmonia, junto à Farmácia Estrela do Sul. Em um salão escuro, úmido, sem ventilação suficiente, armam à noite numerosas macas de lona que alugam a 200 réis. Nelas dormem indivíduos sujos, de acordo com o assoalho, que não vê água há muito tempo e as paredes que não têm cal (GAZETA DA TARDE, 12 abr. 1897).

4 A INTERVENÇÃO NO FLUXO DOS MOVIMENTOS - A DOCILIDADE

No final do século XIX, quando a presença dos pobres nas zonas mais nobres de Porto Alegre tornou-se incômoda, uma série de medidas concretas serão implantadas para tentar controlar o fluxo dos movimentos e desviá-los a uma nova direção. Novos limites territoriais urbanos estenderão os benefícios da administração e o controle policial. Em 1893, por exemplo, um decreto municipal fixou e ordenou as características técnicas das novas construções: altura mínima em seu interior, ventilação das habitações e regras para a construção de balcões, terraços e instalações higiênicas. Simultaneamente, o Estado aumentou o valor dos impostos nas ruas por onde circulavam os bondes, o que provocou a fuga dos especuladores do solo urbano aos terrenos situados nas áreas mais distantes e não tributadas. A urbanização dos subúrbios se transformou em negócio lucrativo para os capitais da burguesia emergente. Em 1895, a **Gazetinha** criticava os efeitos em cascata que a alta dos impostos sobre o solo urbano havia provocado no aluguel das casas na Capital: “[...]”

Parece inverossímil, mas infelizmente a triste realidade é esta: a intendência influi diretamente para que o aluguel das casas, aqui na Capital, seja elevado a preços excessivos (GAZETINHA, 25 ago. 1895).

Ambiguamente o mesmo diário criticava o aumento excessivo de aluguel e aplaudia o acerto da medida que induzia a mobilidade dos mais pobres do centro para os subúrbios através da aplicação de uma fórmula de três elementos (dois argumentos e uma mensagem) repetida regularmente nos textos:

a) Primeiro argumento: os pobres alteravam a ordem e ameaçavam a saúde pública;

b) Segundo argumento: os pobres não seguiam as regras elementares da propriedade, da poupança, da estabilidade no alojamento e de respeito à família e da docilidade no trabalho;

c) Mensagem: como os pobres eram vetores de insegurança e doença e não preenchiam as “condições de cidadão” não podiam seguir vivendo no centro da cidade, deviam mudar-se para os subúrbios.

As notas defendiam igualmente a ação repressiva do poder público, que não cumpria com o dever de fiscalização, e publicavam a localização exata dos prédios irregulares, como uma espécie de galpão de madeira, na Praça da Alegria, que “não se sabe por ordem de quem foi construído”. Segundo o jornal, esse cortiço provocava graves problemas de higiene em uma praça pública, “muito freqüentada”, além de “contrastar com a beleza do lugar”:

Na Praça da Harmonia um dos mais apazíveis sítios de nossa capital, está se dando um abuso [...]. É o caso que, no se sabe por ordem de quem, foi há tempos construído nos fundos do chalet daquela praça uma espécie de galpão de tábuas, dividindo os compartimentos, que estão sendo devidamente alugados à gente de ínfima classe social. É nada mais nada menos do que um cortiço o que temos ali, com grave prejuízo da salubridade e asseio que devem existir numa praça pública e freqüentada. Além disso, trata-se de uma edificação grosseira e suja, a contrastar com a beleza do local (GAZETINHA, 15 dez. 1896).

5 OS MAPAS DA “PERICULOSIDADE”

Os jornais porto-alegrenses faziam uma descrição minuciosa de uma certa cidade, não se referiam à cidade alta ou à cidade baixa, como as pessoas costumavam chamá-la naturalmente seguindo as características físicas do terreno acidentado de Porto Alegre, nem se referiam à rede fina das ruas que formavam um complicado e denso entramado, mas às regiões virtuais da “periculosidade” que se deveria iluminar e que

representavam diferentes tipos de ameaça aos cidadãos. Os jornais apresentavam diariamente um inventário de lugares muito concretos enlaçados por rotas urbanas imaginárias que destacavam apenas as ruas mais estreitas e escuras nas que haviam ocorrido ou poderiam ocorrer os delitos. Os jornais também sinalizavam as construções irregulares, onde a falta de higiene e a sujeira colocavam a saúde das pessoas em risco eminente ou onde prosperava a ociosidade e a imoralidade. Desse modo, criavam uma espécie de lado avesso dos guias práticos que orientavam as viagens cotidianas⁵, apresentando os lugares que deviam ser evitados, os territórios hostis bem marcados e localizáveis sobre a geografia da cidade. Desde o ponto de vista dessas imagens jornalísticas⁶, Porto Alegre era, em resumo, uma “cidade turca”, que podia ser dividida nas seguintes regiões:

- **As regiões da violência** : os textos sobre os pequenos roubos e agressões apresentavam as regiões da violência e mostravam por onde os cidadãos deviam circular e que rotas deviam evitar. Na noite de 5 de março de 1896, por exemplo, o operário Pedro M. foi roubado e agredido no mercado de peixe. Na mesma semana um operário da companhia de bondes foi assaltado no caminho do Arraial do Partenon. Um ano depois, como vimos anteriormente, o mesmo jornal afirmava que a pacífica capital de um estado ordenado se parecia mais a uma cidade turca, entregue aos salteadores (GAZETINHA, 1 ago. 1897):

Dia a dia [...] estão os jornais a noticiar agressões a transeuntes durante a noite, algumas das quais em pontos não muito distantes do centro da cidade. [...] Durante o dia temos polícia [...] para multar, principalmente, porém à noite ela é *avis rara* no centro da cidade depois das dez horas, e desaparece completamente dos subúrbios deixando-os à mercê dos vagabundos, dos gatunos e dos salteadores de estrada. Na noite de 2 do corrente um pobre operário italiano, mais de 60 anos e de nome Pedro Miliarelli, tendo adormecido no mercado de peixes, junto à uma das bancas, aí foi saqueado em centos e tantos mil réis sendo que, além disso, para glorioso fecho de obra, foi esbordado barbaramente. [...] Em uma das primeiras noites desta semana, também foi saqueado um empregado da Companhia Carris de Trens Porto Alegrense, no caminho do arraial do Partenon. [...] Estamos na antiga Calabria (GAZETINHA, 9 maio 1896).

No Beco do Céu, um cidadão não podia passear durante a noite sem correr o risco de ser agredido a facadas ou roubado, afirmava o jornalista da **Gazetinha** (5 mar. 1896, citado em PESAVENTO, 1998, p. 125). A **Gazeta da Tarde** (13 jul. 1896) disse que ali se vivia nas trevas do inverno. Em outra nota, a **Gazetinha** sugeria que um determinado bairro (Colônia Africana) trocasse o nome para “corte do crime” para que

o significado da expressão levasse as pessoas a uma conclusão rápida e direta sobre o que realmente passava naquele lugar:

A corte do crime, —assim devia chamar-se o sinistramente célebre arrabalde desta cidade e que é conhecido pela denominação de Colonia Africana. (...) A dois passos da capital, ali ao lado de um arrabalde concorridíssimo como é o dos Moinhos de Vento, estabeleceu-se um quartel general de bandidos (GAZETINHA, 1 mar. 1896).

- **As regiões da sujeira** : nas regiões das ruas sujas e feias os jornalistas inventariavam os cortiços nos que viviam amontoadas as classes menos favorecidas. Em estábulos em ruínas que não serviam nem mesmo para guardar cavalos, velhos e jovens, homens e mulheres, crianças e até bebês acomodavam-se com seus poucos pertences, todos juntos e sem a menor intimidade. Dez ou quinze pessoas compartilhavam um cubículo sem ventilação. João do Rio descreveu com detalhes a sua participação na captura de uns pivetes que o conduziu ao interior de um destes “círculos infernais”, guiado por um delegado de polícia, no Rio de Janeiro, então Capital federal. Seu relato, publicado originalmente com o título “O sono da miséria”, no jornal carioca **Gazeta de Notícias** , em 10 de junho, 1904:

O encarregado, trêmulo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem. E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras (RIO, 1997).

Entre os pobres de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, ou Madri as condições de moradia não eram muito diferentes como demonstra a descrição de Fermín Caballero do que ocorria nessa última cidade nas suas *Noticias topográficas-estadísticas da Administración de Madrid* , publicadas em 1840:

En los barrios hay casas de pobres, donde se juntan a dormir a docenas, y por el día viven en las calles sin conocimiento de autoridad alguna. En los tejares y barracas de las afueras se albergan también infinidad de gentes perdidas... hasta en los derribos, en las obras y en los rincones de plazuelas y del prado, pasan la noche no pocos mendigos y mujerzuelas, que en padrón alguno constan (CABRERA, 1998, p.70).

A situação era mais ou menos a mesma em Salvador, Bahia. Fraga Filho afirma que as pequenas peças alugadas pelos pobres no centro da cidade estavam geralmente localizadas em porões infectos, muito úmidos e sem iluminação, abaixo do nível da calçada (FRAGA FILHO, 1996, p. 26). Em Madrid, segundo Cabrera, a disposição do espaço urbano obrigava a uma convivência estreita com a miséria nas modernas casas de vários pisos onde os porões e os sótãos eram ocupados por pessoas de poucos recursos. Para algumas mentalidades da época, acrescenta o autor, era inconveniente para a moral e a tranqüilidade pública que o pobre e o rico vivessem tão próximos: “O medo ao contágio, e o desejo de marcar limites no contato entre as classes aparece diafanamente exposto e assumido” (CABRERA, 1998).

Por onde quer que existisse esse tipo de moradia, o lixo se acumulava com tal intensidade nas ruas, que os jornalistas chegaram a isolar os focos de imundícia em uma seção especial. Em uma destas notas em favor da limpeza urbana, a Gazetinha proporá que a Praça Pinto Bandeira troque o seu nome por Praça do Lixo: “[...] A Praça Pinto Bandeira [...] devia deixar de ser denominada assim, para chamar-se simplesmente praça do lixo” (GAZETINHA, 16 dez. 1897).

Em outra nota da mesma campanha, o jornalista denunciava a falta de cuidados do município com as calhas do Beco do Poço, que freqüentemente estavam cheias de lixo: “[...] E aproveitamos a ocasião para chamar a atenção dos Srs. fiscais da intendência para o desasseio da referida Rua General Paranhos ou Beco do Poço; as calhas acham-se quase sempre cheias de porcarias (GAZETINHA, 5 mar. 1896).

O inventário resultante destas observações, a semelhança do item anterior, articulava-se a pontos bem identificados. A diferença entre ambos reside no espaço que abriam para as intervenções do poder. Enquanto ao se referir à escuridão os jornalistas mencionavam as vítimas da violência das ruas principalmente para reivindicar a ação da polícia, nas ruas sujas e feias costumavam dialogar diretamente com os fiscais municipais. A ação contra a “periculosidade”, que correspondia à polícia, corresponderá aos responsáveis pelo estado sanitário da cidade. Os jornalistas queriam, desde o jornal, determinar as ações dos que jocosamente chamam “ finca-multas ” , aludindo ao seu poder de castigar com multas. Os jornalistas queriam ser os “ narizes da cidade” ou, nas palavras do jornalista da *Gazetinha* , queriam denunciar os lugares em que os fiscais deviam situar seus mal-educados narizes a fim de melhorar a limpeza da cidade:

Ó, seus fiscais!

Elevada a imundície nas ruas à altura de um princípio [...] nos vemos obrigados a estabelecer nesta folha uma seção especial onde iremos

notificando quais os lugares para onde os supra-mencionados Srs. [...] finca-multas devem aproar os seus mal educados narizes, a fim de providenciarem melhor quanto à limpeza da cidade (GAZETINHA, 5 mar. 1896).

- *As regiões da imoralidade* : as ruas demasiadamente estreitas de Porto Alegre concentravam a imoralidade nos prostíbulos. O Beco do Fanha, o Beco do Oitavo, o Beco do Poço, o Beco do Império, a Praça do Paraíso , a Rua dos Sete Pecados Mortais resumiam o lado imoral da cidade. Quase diariamente, estes “imundos antros de perdição” eram apresentados nas páginas da Gazetinha , em uma cruzada que os jornalistas consideravam “um grande serviço à moral pública”. Esse serviço, conforme afirmavam volta e meia, tinha um duplo objetivo: informar as mulheres incautas que, de alguma maneira, pudessem sentir-se atraídas pela prostituição e combater a negligência policial denunciando a localização daquelas “pocilgas” miseráveis onde imperava o vício da prostituição com seu “negro cortejo de misérias e desgraças”:

[...] Bem sabemos que caímos no desagrado dos habitués dos prostíbulos conhecidos pelo significativo nome de maternidade, mas não importa; a consciência de que prestamos um grande serviço à moral publica, que chamamos a atenção de muita mulher incauta que eventualmente possa ser atraída aos imundos antros de perdição, é um poderoso incentivo para que prossigamos na inglória faina de denunciar à policia as miseráveis pocilgas, onde o vício da prostituição impera impunemente, com todo o seu negro cortejo de misérias e desgraças (GAZETINHA , 21 nov. 1897).

As tramas organizadas em notas jornalísticas denunciavam a expansão geográfica da “ grande hidra da prostituição”, aos arrabaldes, mas, principalmente exploravam os detalhes que atiçavam o morbo dos leitores. Informavam, por exemplo, que uma menina de 12 anos, vendida por seus pais a um proxeneta, era oferecida por esse na Praça da Alfândega, ou que muitas das estudantes da escola de monjas da Rua do Arvoredo costumavam se prostituir (GAZETA DA TARDE , 5 ago. e 18 set. 1895, citados em PESAVENTO, 1998, p. 131). Três anos mais tarde o jornalista da *Gazetinha* dava um giro em seus procedimentos de observação e relato do cotidiano das prostitutas, anunciando previamente e narrando todos os passos da visita ao prostíbulo da crioula Fausta. Acompanhado por um guia, chegará na pequena casa antiga com três janelas, baterá à porta onde vivia a famosa prostituta, será atendido pela mesma, mas por causa da escuridão do lugar, não conseguirá “apreciar devidamente” sua fisionomia para revelá-la com precisão aos seus leitores:

Na quadra seguinte e em frente a um sobradinho antigo, com três janelas no pavimento superior, e duas janelas e portas com corredor,

no térreo, o Quirino parou.

— É aqui, disse.

— E agora?

— É só entrar e arranjar-se com a dona da casa (...).

Entramos com ele pelo escuro corredor da casa. (...) O Quirino, que seguia na frente, bateu e chamou em voz baixa: Siá Fausta! Ato contínuo a porta abriu-se e, no limiar desta apareceu uma crioula cujas feições não conseguíamos apreciar devidamente devido à escuridão do lugar... (GAZETINHA, 12 maio 1898).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração teórica desse jogo de poder que se materializava nos discursos necessitava de conceitos e de um método de análise que considerassem as práticas discursivas em suas condições históricas de possibilidade. Neste sentido, duas noções foram fundamentais: a noção de documento e a noção de arquivo. Enquanto a primeira situou a análise no nível do saber, ou seja, no interior da materialidade dos discursos jornalísticos para ali explorar os procedimentos e regras que os constituíram em sua autonomia jornalística, a segunda permitiu reconstituir as relações do jornalismo com o poder na teia emaranhada de discursos da época em que o discurso jornalístico foi constituído e publicado.

Desde uma perspectiva foucaultiana foi possível identificar nas práticas dos jornais porto-alegrenses a técnica do “exame” para transformar os seres humanos em sujeitos (seres-linguagem) da normalização social. Pode-se dizer, ao final, que a passagem de indivíduo imoral a sujeito de um discurso compreendia uma estratégia de aproximação ao acontecimento (seleção) e dois movimentos táticos: um de constrição, em que o jornalista ajustava os corpos; e outro de construção, em que se produzia um certo número de figuras jornalísticas nas notas jornalísticas. Constrição e construção dissolviam, em dois tempos, o real no tecido documental, figurativizando certos indivíduos, ajustando seus corpos para apresentá-los na página.

Este modo de produzir discursos, aparentemente distante da racionalidade jornalística, que mais tarde vestirá a armadura da “objetividade”, estava subordinado diretamente a um processo que sofreu a chamada sociedade tradicional e que desembocou na sociedade industrial — capitalista, urbana, liberal, disciplinar, moderna. De um lado, era uma atividade com certo grau de especialização na transmissão de informações e opiniões, que colocava em prática, a nível mundial, procedimentos para filtrar, manipular e difundir informações. De outro, possibilitava objetivar o indivíduo improdutivo em um espaço diferente e, através desta ação que exercia sobre as coisas, controlar os movimentos dos corpos, semear as pressões disciplinares que emanavam do estado e de uma rede de instituições e difundi-las a um

grande número de indivíduos. Uma e outra eram parte do dispositivo jornalístico, uma cara era complementar da outra; uma era a aparente no espaço do jornal, a outra era uma peça do jogo político.

Não se pode ignorar, igualmente, que, nas histórias relatadas pelos jornais de Porto Alegre, muitos indivíduos voltam regularmente à cena, figuras reincidentes que respondiam os estímulos autoritários com os seus movimentos locais livres. Nesse sentido poder-se-ia dizer que às ações de controle e aos discursos jornalísticos também corresponderiam a persistência na vagabundagem, ao aumento das brigas de rua e dos delitos, que provocariam a produção de um sem-fim de novos discursos jornalísticos de rechaço. Essa, entretanto, é uma perspectiva que nos levaria a uma dimensão simbólica e subjetiva do jornalismo e às táticas de reapropriação pelos usuários do espaço organizado pelo jornalismo, ou ao que de Certeau chamou de “invenção do cotidiano”, que não pretendemos explorar neste momento (CERTEAU, 1990).

ABSTRACT

This text describes the journalistic way of individuals objectification. It is situated in a narrow band of time, between the end of XIXth century and the beginning of XXth century, where it explores, with the tools of the discourse analysis, a corpus of about 200 pieces of texts published by the press of Porto Alegre of that time. The discourse analysis shows how journalism kidnaps the bodies and corrects them in the page, pointing toward the possibility that the news could be an instrument of social control.

Keywords : Social control. Journalistic way of individuals objectification. Discourse analysis.

RESUMEN

Este texto trata del modo de objetivación periodística. Se sitúa en una estrecha franja de tiempo, entre fines del siglo XIX e inicios del siglo pasado, en la que explora, con las herramientas conceptuales y metodológicas del análisis foucaultiano de los discursos, un *corpus* de 200 fragmentos publicados en los diarios de Porto Alegre de esa época. El análisis de esos discursos muestra cómo aquel periodismo, o lo que se puede considerar un modo de objetivación periodística, intenta secuestrar y corregir los cuerpos en el espacio de la página, y apunta hacia la posibilidad de que fuera de la página, en el espacio social, esas mismas notas periodísticas puedan ser un instrumento de control social.

Palabras-clave : Control social. Modo de objetivación periodística. Análisis de los discursos.

REFERÊNCIAS

- BERGANZA CONDE, R.M. *Comunicación, opinión pública y prensa en la sociología de Robert E. Park* . Madrid: Siglo Veintiuno de España , 2000.
- CABRERA, P.J.C. *Huespedes del aire* : sociología de las personas sin hogar en Madrid . Madrid: UPCO, 1998.
- CERTEAU, M. de *L'invention du quotidien, arts de faire* . Paris: Galimard, 1990.
- FOUCAULT, M. *Tecnologías del yo y otros textos afines* . Barcelona: Paidós, 1990.
- _____. *Vigilar y castigar* . 12. ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1986.
- FRAGA FILHO, W. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX* . Salvador, Hucitec/Edufba, 1996,
- MAROCCO, B. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico* . São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MICHAUD, Y. *A violência* . São Paulo: Ática, 1989 116p.
- MORENO SARDÀ, M. *La mirada informativa* . Barcelona: Bosh, 1998.
- PARK, R. News as a form of knowledge. *American Journal of Sociology* , Chicago, The University of Chicago Press, v. 45, n. 5, p.669-86, mar. 1940.
- PESAVENTO, S. *Os pobre da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* . São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROSS, E. La supresión de las noticias importantes. *REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas* , Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, n. 94, p. 191-202, 2001.
- STEVENSON, N. *Culturas mediáticas* . Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- VELAMAZÁN, P. P. Los archivos de Michel Foucault: sobre el dudoso murmullo que nos rodea a cada uno. In: LOPEZ ALVAREZ, Pablo ; MUÑOZ, Jacobo. (Ed.) *La impaciencia de la libertad. Michel Foucault y lo político* . Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, p. 161-98.

¹ Leia-se a respeito: MAROCCO, B. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico* . São Leopoldo: Unisinos, 2004.

² Foucault reconhece três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: “Quisiera decir en primer lugar cuál ha sido la finalidad de mi trabajo durante estos últimos veinte años. No há sido analizar los fenómenos de poder, ni sentar las basis para tal análisis. Busco más bien producir una historia de los diferentes modos de subjetivación de los seres humanos en nuestra cultura; he tratado, desde esta óptica, de los tres modos de objetivación que transforman los seres humanos en sujetos. Primeramente, están los diferentes modos de investigación que buscan acceder al estatuto de ciencia: pienso, por exemplo, en la objetivación del sujeto que habla en la gramática geral, filología y lingüística. O bien, y siempre en este primer modo, la objetivación del sujeto productivo, del sujeto que trabaja, en la economía y el análisis de riquezas. O también, para dar un tercer ejemplo, la objetivación por el mero hecho de ser un ser vivo, en historia natural o biología. En la segunda parte de mi trabalho, he estudiado la objetivación del sujeto en lo que llamaré las prácticas escindientes [pratiques divisantes]. Finalmente, he buscado estudiar —y éste es mi trabalho en curso— el modo en el que el ser humano ha aprendido a reconocerse como sujeto de una sexualidad” (FOUCAULT, 1990, p.20-21).

³ O “exame”, segundo Foucault, “es una mirada normalizadora, una vigilancia que permite calificar, clasificar y castigar. Establece sobre los individuos una visibilidad a través de la cual se

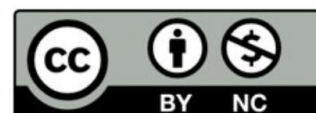
los diferencia y se los sanciona”. (FOUCAULT, 1986, P.189). P. P. Velamazán aproximará ainda mais o “exame” das práticas jornalísticas de observação ao afirmar que “la técnica del examen (grifo do autor) hace entrar la singularidad de los individuos en un campo documental, una red de escritura, a la vez que los coloca en un campo de vigilancia” (VELAMAZÁN, 2000, p. 189).

⁴ As cidades brasileiras estavam transbordando de ex-escravos, mas a maioria deles era pouco capacitada para as fábricas e essas preferiam os imigrantes. A presença numerosa de ex-escravos livres, além disso, gerava discursos inquietantes sobre o “outro” perigoso, dificilmente controlável. Na confluência destes elementos, o governo brasileiro lançou o projeto de “repressão à ociosidade” em que definiu uma estratégia política com o objetivo de vincular uma massa de indivíduos ao novo estatus jurídico do “trabalho em liberdade” e a uma nova ética que o concebia como algo positivo; algo “civilizado” e “civilizador”, como o “bem supremo”, que já não era “coisa de escravos”. O projeto foi apresentado pelo ministro Ferreira Viana à Câmara dos Deputados do Brasil, dia 19 de julho de 1888.

⁵ Na sua tentativa de explorar as páginas dos jornais para compreender o que explicam sobre a sociedade e como o explicam, Moreno Sardà afirma que os jornais, como os mapas, são um “guia para orientar nossas viagens cotidianas” (MORENO SARDÀ, 1998, p. 17). No entanto, prossegue a autora, “sólo sirven para hacer recorridos específicos, y ni siquiera las personas más estreitamente vinculadas a ellos pueden reducir su vida a lo que en ellos se representa”. O que verificamos é que os jornais porto-alegrenses decimonônicos são realmente um guia, mas um guia para orientar as viagens cotidianas que não se deve fazer, que explicam a cidade através dos lugares que são proibidos aos cidadãos por sua “periculosidade”.

⁶ Dentro de nosso mundo cotidiano, segundo Y. Michaud, independentemente dos jornais, estes trajetos urbanos perigosos estão muito bem definidos e fortemente delimitados (MICHAUD, 1989, p. 50). Neste sentido, os mapas jornalísticos não são mais do que novos mapas da “periculosidade” construídos sobre os mecanismos de segregação social que operam no interior da sociedade autorizando ou não os deslocamentos pela força do hábito.

Copyright (c) 2006 Autor(es) / Copyright (c) 2006 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2006